Anja Bothe

Ruben Bahamonde

(ORG.)

Introdução ao Direito

para Gestores

COLECTÂNEA DE LEGISLAÇÃO

EXTRAÍDA A PARTIR DE:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

LEI 74/98: PUBLICAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E FORMULÁRIO DOS DIPLOMAS

CÓDIGO CIVIL

CÓDIGO COMERCIAL

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

CÓDIGO DO TRABALHO

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA

TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA

DECLARAÇÕES RELATIVAS A DISPOSIÇÕES DOS TRATADOS

2019

1ª Edição

LEGIT EDIÇÕESFICHA TÉCNICA:

INTRODUÇÃO AO DIREITO PARA GESTORES: COLECTÂNEA DE

LEGISLAÇÃO

ORGANIZAÇÃO: Anja Bothe, Ruben Bahamonde

CAPA & PAGINAÇÃO: Legit Edições

1ª Edição: Outubro, 2019

EDITOR: LEGIT EDIÇÕES ©

Rua de Santa Marta, 56

1169-023 Lisboa

Tel: 215 800 021

ISBN

Outubro 2019

DEPÓSITO LEGAL

A presente edição foi elaborada de forma rigorosa, de acordo com a

legislação em vigor e com a mesma grafia publicada em Diário da República, não

dispensando a consulta das fontes oficiais.

Esta obra foi redigida de acordo com o no1 da Resolução do Conselho de

Ministros no8/2011, de 25 de Janeiro, que estipula a sua aplicação a “(...) todos

os actos, decisões, normas, orientações, documentos, edições, publicações, bens

culturais ou quaisquer textos e comunicações, sejam internos ou externos,

independentemente do suporte, bem como a todos aqueles que venham a ser

objecto de revisão, reedição, reimpressão ou qualquer outra forma de

modificação”.

É proibida toda e qualquer reprodução desta obra sem autorização prévia

escrita do Editor.

Catalogação na Publicação

PORTUGAL. Legislação, 2019

Introdução ao Direito para gestores: colectânea de legislação / Anja Bothe,

Ruben Bahamonde; Prefácio: Arlindo Alegre Donário. ─ Lisboa: Legit

Edições, 2019. ─ 311p; 23cm

I - BOTHE, Anja

II - BAHAMONDE, Ruben

ISBN

CDU 342CONTEÚDOS

I. Constituição da República Portuguesa:

Artigos 1.º a 31.º, 52.º a 112.º, 119.º, 120.º, 133.º a 141.º, 147.º, 161.º a

168.º, 182.º a 205.º, 214.º, 219.º a 225.º, 235.º a 237.º, 242.º, 266.º a 268.º, 284.º

a 289.º

II. Lei N.º 74/98, de 11 de Novembro, sobre a publicação,

a identificação e o formulário dos diplomas

III. Código Civil

Artigos 1.º a 15.º, 66.º a 85.º, 122.º a 130.º, 138.º, 152.º a 168.º, 185.º,

202.º a 300.º, 334.º a 342.º, 348.º a 353.º, 362.º a 379.º, 397.º a 410.º, 424.º, 432.º

a 437.º, 441.º, 464.º, 472.º a 474.º, 483.º a 499.º, 512.º, 559.º, 562.º, 563.º, 571.º,

627.º, 656.º, 666.º, 686.º, 754.º, 772.º, 874.º, 875.º, 940.º, 980.º, 1022.º, 1023.º,

1129.º, 1142.º - 1146.º, 1152.º a 1158.º, 1185.º, 1186.º, 1207.º a 1210.º, 1248.º

a 1252.º, 1302.º a 1305.º, 1576.º a 1580.º, 1587.º, 2024.º, 2025.º, 2179.º a 2182.º

IV. Código Comercial

Artigos 1.º a 29.º

V. Código das Sociedades Comerciais

Artigos 1.º a 7.º

VI. Código do Trabalho

Artigos 1.º a 3.º, 11.º a 17.º, 89.º a 96.º-A, 404.º, 469.º a 476.º

VII. Tratado da União Europeia

Preâmbulo até ao artigo 25.º, 47.º, 48.º

VIII. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

Preâmbulo até ao artigo 6.º, 20.º a 67.º, 110.º, 114.º, 127.º, 128.º, 145.º a

150.º, 165.º, 168.º, 191.º a 193.º, 223.º a 225.º, 251.º a 295.º, 300.º a 311.º, 326.º,

352.º

IX. Declarações relativas a disposições dos Tratados

17. Declaração sobre o primado do direito comunitário

ÍNDICE DAS PARTES EXTRAÍDASPREFÁCIO.......................................................................................................................................... 13CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA................................................................ 17PREÂMBULO ......................................................................................................................................... 19
Princípios fundamentais .................................................................................................................. 21
PARTE I Direitos e deveres fundamentais................................................................................ 25
Título I Princípios gerais........................................................................................ 25
Título II Direitos, liberdades e garantias........................................................ 29
Capítulo I Direitos, liberdades e garantias pessoais.............................................................29
Capítulo III Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores....................................32
Título III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais................. 35
Capítulo I Direitos e deveres económicos...................................................................................35
Capítulo II Direitos e deveres sociais.............................................................................................37
Capítulo III Direitos e deveres culturais ......................................................................................42
PARTE II Organização económica ................................................................................................ 47
Título I Princípios gerais........................................................................................ 47
Título II Planos........................................................................................................... 50
Título III Políticas agrícola, comercial e industrial .................................... 51
Título IV Sistema financeiro e fiscal ................................................................. 54
PARTE III Organização do poder político ................................................................................. 57
Título I Princípios gerais........................................................................................ 57
Título II Presidente da República ...................................................................... 59
Capítulo I Estatuto e eleição................................................................................................................59
Capítulo II Competência........................................................................................................................59
Capítulo III Conselho de Estado........................................................................................................63
Título III Assembleia da República ................................................................... 63
Capítulo I Estatuto e eleição................................................................................................................63
Capítulo II Competência........................................................................................................................63
Título IV Governo...................................................................................................... 70
Capítulo I Função e estrutura.............................................................................................................70
Capítulo II Formação e responsabilidade...................................................................................72
Capítulo III Competência.......................................................................................................................74
Título V Tribunais..................................................................................................... 77
Capítulo I Princípios gerais..................................................................................................................77
Capítulo IV Ministério Público...........................................................................................................78
Título VI Tribunal Constitucional ...................................................................... 79
Título VII Regiões Autónomas............................................................................. 81
Título VIII Poder Local............................................................................................ 81
Capítulo I Princípios gerais..................................................................................................................81
Título IX Administração Pública......................................................................... 82
Título II Revisão constitucional.......................................................................... 84
LEI 74/98: PUBLICAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E FORMULÁRIO DOS DIPLOMAS.... 87CÓDIGO CIVIL .................................................................................................................................. 93LIVRO I PARTE GERAL....................................................................................................................106
Título I Das leis, sua interpretação e aplicação..........................................106
Capítulo I Fontes do direito..............................................................................................................106
Capítulo II Vigência, interpretação e aplicação das leis...................................................107
Capítulo III Direitos dos estrangeiros e conflitos de leis.................................................109
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................109
Título II Das relações jurídicas..........................................................................110
SUBTÍTULO I: Das pessoas ........................................................................................110
Capítulo I Pessoas singulares..........................................................................................................110
SECÇÃO I: Personalidade e capacidade jurídica ....................................110
SECÇÃO II: Direitos de personalidade .......................................................111
SECÇÃO III: Domicílio .......................................................................................113
SECÇÃO V: Menores e maiores acompanhados .....................................114
SUBSECÇÃO I: Condição jurídica dos menores.................................114
SUBSECÇÃO II: Maioridade e emancipação .......................................116
SUBSECÇÃO III: Maiores acompanhados ............................................116
Capítulo II Pessoas colectivas..........................................................................................................117
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................117
SECÇÃO II: Associações....................................................................................119
SECÇÃO III: Fundações.....................................................................................119
SUBTÍTULO II: Das coisas ..........................................................................................120
SUBTÍTULO III: Dos factos jurídicos .....................................................................123
Capítulo I Negócio jurídico................................................................................................................123
SECÇÃO I: Declaração negocial .....................................................................123
SUBSECÇÃO I: Modalidades da declaração ........................................123
SUBSECÇÃO II: Forma .................................................................................123
SUBSECÇÃO III: Perfeição da declaração negocial ..........................124
SUBSECÇÃO IV: Interpretação e integração.......................................127
SUBSECÇÃO V: Falta e vícios da vontade ............................................128
SUBSECÇÃO VI: Representação...............................................................131
DIVISÃO I: Princípios gerais................................................................131
DIVISÃO II: Representação voluntária............................................132
SUBSECÇÃO VII: Condição e termo........................................................134
SECÇÃO II: Objecto negocial. Negócios usurários.................................136
SECÇÃO III: Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico ...............137
Capítulo II Actos jurídicos..................................................................................................................139
Capítulo III O tempo e sua repercussão nas relações jurídicas ..................................140
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................140
SECÇÃO II: Prescrição.......................................................................................141
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................141
SUBTÍTULO IV: Do exercício e tutela dos direitos...........................................141
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................141
Capítulo II Provas ...................................................................................................................................143
SECÇÃO I Disposições gerais .........................................................................143
SECÇÃO II: Presunções.....................................................................................144
SECÇÃO III: Confissão .......................................................................................144
SECÇÃO IV: Prova documental......................................................................145
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................145
SUBSECÇÃO II: Documentos autênticos ..............................................146
SUBSECÇÃO III: Documentos particulares .........................................147
LIVRO II DIREITO DAS OBRIGAÇÕES .......................................................................................151
Título I Das obrigações em geral......................................................................151
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................151
SECÇÃO I: Conteúdo da obrigação...............................................................151
SECÇÃO II: Obrigações naturais ...................................................................152
Capítulo II Fontes das obrigações.................................................................................................153
SECÇÃO I: Contratos..........................................................................................153
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................153
SUBSECÇÃO II: Contrato-promessa.......................................................154
SUBSECÇÃO IV: Cessão da posição contratual..................................154
SUBSECÇÃO VI: Resolução do contrato ...............................................155
SUBSECÇÃO VII: Resolução ou modificação do contrato por
alteração das circunstâncias....................................................................................156
SECÇÃO III: Gestão de negócios....................................................................156
SECÇÃO IV: Enriquecimento sem causa....................................................157
SECÇÃO V: Responsabilidade civil...............................................................157
SUBSECÇÃO I: Responsabilidade por factos ilícitos .......................157
SUBSECÇÃO II: Responsabilidade pelo risco.....................................161
SECÇÃO II: Obrigações solidárias ................................................................161
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................161
SECÇÃO VII: Obrigações de juros.................................................................162
SECÇÃO VIII: Obrigação de indemnização ...............................................162
SECÇÃO II: Fiança ...............................................................................................163
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................163
SECÇÃO III: Consignação de rendimentos ...............................................163
SECÇÃO IV: Penhor ............................................................................................163
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................163
SECÇÃO V: Hipoteca ..........................................................................................164
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................164
SECÇÃO VII Direito de retenção ...................................................................164
SUBSECÇÃO III: Lugar da prestação......................................................164
Título II Dos contratos em especial.................................................................165
Capítulo I Compra e venda................................................................................................................165
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................165
Capítulo II Doação..................................................................................................................................165
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................165
Capítulo III Sociedade ..........................................................................................................................166
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................166
Capítulo IV Locação...............................................................................................................................166
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................166
Capítulo VI Comodato..........................................................................................................................166
Capítulo VII Mútuo.................................................................................................................................167
Capítulo VIII Contrato de trabalho...............................................................................................168
Capítulo IX Prestação de serviço...................................................................................................168
Capítulo X Mandato...............................................................................................................................169
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................169
Capítulo XI Depósito.............................................................................................................................169
SECÇÃO I Disposições gerais .........................................................................169
Capítulo XII Empreitada.....................................................................................................................170
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................170
Capítulo XVI Transacção....................................................................................................................171
LIVRO III DIREITO DAS COISAS ..................................................................................................173
Título I Da posse......................................................................................................173
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................173
Título II Do direito de propriedade.................................................................173
Capítulo I Propriedade em geral ...................................................................................................173
SECÇÃO I Disposições gerais .........................................................................173
LIVRO IV DIREITO DA FAMÍLIA..................................................................................................175
Título I Disposições gerais..................................................................................175
Título II Do casamento..........................................................................................176
Capítulo I Modalidades do casamento.......................................................................................176
LIVRO V DIREITO DAS SUCESSÕES ..................................................................................177
Título I Das sucessões em geral........................................................................177
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................177
Título IV Da sucessão testamentária..............................................................177
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................177
CÓDIGO COMERCIAL..................................................................................................................179Livro Primeiro Do Comércio em Geral .....................................................................................183
Título I Disposições Gerais .................................................................................183
Título II Da Capacidade Comercial e dos Comerciantes ........................184
Capítulo I Da capacidade comercial ............................................................................................184
Capítulo II Dos Comerciantes..........................................................................................................185
Título III Da Firma ..................................................................................................186
Título IV Da Escrituração ....................................................................................187
CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS...........................................................................189Título I Parte geral..................................................................................................194
Capítulo I Âmbito de aplicação.......................................................................................................194
Capítulo II Personalidade e capacidade....................................................................................196
Capítulo III Contrato de sociedade...............................................................................................197
SECÇÃO I: Celebração e registo ....................................................................197
CÓDIGO DO TRABALHO............................................................................................................199LIVRO I Parte geral ...........................................................................................................................205
Título I Fontes e aplicação do direito do trabalho ...................................205
Capítulo I Fontes do direito do trabalho...................................................................................205
Título II Contrato de trabalho ...........................................................................207
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................207
SECÇÃO I: Contrato de trabalho ...................................................................207
SECÇÃO II: Sujeitos ............................................................................................208
SUBSECÇÃO I: Capacidade.........................................................................208
SUBSECÇÃO II: Direitos de personalidade .........................................208
SUBSECÇÃO VIII: Trabalhador-estudante ..........................................209
Título III Direito colectivo...................................................................................214
SUBTÍTULO I: Sujeitos.................................................................................................214
Capítulo I Estruturas de representação colectiva dos trabalhadores ....................214
SECÇÃO I: Disposições gerais sobre estruturas de representação
colectiva dos trabalhadores ..........................................................................................214
Capítulo II Participação na elaboração de legislação do trabalho.............................214
SUBTÍTULO II: Instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho............217
Capítulo I Princípios gerais relativos a instrumentos de regulamentação colectiva
de trabalho ............................................................................................................................................................217
SECÇÃO I: Disposições gerais sobre instrumentos de regulamentação
colectiva de trabalho ........................................................................................................217
TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA ..........................................................................................219PREÂMBULO .............................................................................................................222
Título I DISPOSIÇÕES COMUNS ........................................................................223
Título II DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS..228
Título III DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS INSTITUIÇÕES.........................229
Título IV DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS COOPERAÇÕES REFORÇADAS.236
Título V DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS À AÇÃO EXTERNA DA
UNIÃO E DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À POLÍTICA EXTERNA E
DE SEGURANÇA COMUM................................................................................................237
Capítulo 1 DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS À AÇÃO EXTERNA DA UNIÃO237
Capítulo 2 DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À POLÍTICA EXTERNA E DE
SEGURANÇA COMUM.....................................................................................................................................239
SECÇÃO 1: DISPOSIÇÕES COMUNS .............................................................239
Título VI DISPOSIÇÕES FINAIS .........................................................................240
TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA...............................243PREÂMBULO .............................................................................................................248
PARTE I OS PRINCÍPIOS........................................................................................................249
Título I AS CATEGORIAS E OS DOMÍNIOS DE COMPETÊNCIAS DA
UNIÃO......................................................................................................................................249
PARTE III AS POLÍTICAS E AÇÕES INTERNAS DA UNIÃO ......................................254
Título I O MERCADO INTERNO.........................................................................254
Título II A LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ................................255
Capítulo 1 A UNIÃO ADUANEIRA.................................................................................................256
Capítulo 2 A COOPERAÇÃO ADUANEIRA ...............................................................................256
Capítulo 3 A PROIBIÇÃO DAS RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS ENTRE OS
ESTADOS-MEMBROS .....................................................................................................................................257
Título III A AGRICULTURA E AS PESCAS......................................................258
Título IV A LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, DE SERVIÇOS E DE
CAPITAIS................................................................................................................................261
Capítulo 1 OS TRABALHADORES.................................................................................................261
Capítulo 2 O DIREITO DE ESTABELECIMENTO..................................................................263
Capítulo 3 OS SERVIÇOS.....................................................................................................................266
Capítulo 4 OS CAPITAIS E OS PAGAMENTOS .......................................................................268
Título V O ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA............270
Capítulo 1 DISPOSIÇÕES GERAIS .................................................................................................270
Capítulo 2 DISPOSIÇÕES FISCAIS.................................................................................................270
Capítulo 3 A APROXIMAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES...............................................................271
Título VIII A POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA..............................272
Capítulo 2 A POLÍTICA MONETÁRIA.........................................................................................272
Título IX EMPREGO ................................................................................................274
Título XII A EDUCAÇÃO, A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, JUVENTUDE E
DESPORTO ............................................................................................................................276
Título XIV A SAÚDE PÚBLICA............................................................................277
Título XX O AMBIENTE.........................................................................................279
PARTE VI DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS E FINANCEIRAS..................................281
Título I DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS .......................................................281
Capítulo 1 AS INSTITUIÇÕES...........................................................................................................281
SECÇÃO 1: O PARLAMENTO EUROPEU.....................................................281
SECÇÃO 5: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA ...........282
SECÇÃO 6: O BANCO CENTRAL EUROPEU ..............................................292
SECÇÃO 7: O TRIBUNAL DE CONTAS.........................................................294
Capítulo 2 ATOS JURÍDICOS DA UNIÃO, PROCESSOS DE ADOÇÃO E OUTRAS
DISPOSIÇÕES.......................................................................................................................................................297
SECÇÃO 1: OS ATOS JURÍDICOS DA UNIÃO .............................................297
SECÇÃO 2: OS PROCESSOS DE ADOÇÃO DOS ATOS E OUTRAS
DISPOSIÇÕES .......................................................................................................................299
Capítulo 3 OS ÓRGÃOS CONSULTIVOS DA UNIÃO............................................................301
SECÇÃO 1: O COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL........................................301
SECÇÃO 2: O COMITÉ DAS REGIÕES ..........................................................302
Capítulo 4 BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO............................................................304
Título II DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS............................................................305
Capítulo 1 OS RECURSOS PRÓPRIOS DA UNIÃO................................................................305
Título III AS COOPERAÇÕES REFORÇADAS ................................................306
DECLARAÇÕES RELATIVAS A DISPOSIÇÕES DOS TRATADOS................................309
13
PREFÁCIO
A sociedade ou sistema social tem como elementos fundamentais a
existência de seres humanos que visam a obtenção do bem-estar, felicidade ou
utilidade, relacionando-se com os seus semelhantes e com a natureza.
Deste modo, os elementos fundamentais que formam a sociedade são os
sujeitos que a integram e as relações que estabelecem interactivamente, de
forma sistemática em termos de interdependência, relações que se desenvolvem
de forma dialética e que afectam todos os âmbitos da vida do ser humano,
nomeadamente, o económico, o jurídico, o cultural, o político e o religioso, de
forma não compartimentada, formando um todo holístico sobredeterminandose, ou seja, cada um destes âmbitos afecta todos os outros, com efeitos no nível
de bem-estar do indivíduo.
O Direito ou subsistema jurídico constitui uma das partes do todo que é o
sistema social, expressando uma faceta homogénea da vida dos seres humanos
nas suas relações de alteridade, individuais ou colectivas, potencialmente ou
realmente conflitivas, conflitos que o Direito medeia através dos comandos
jurídicos (ínsitos nos princípios e regras) de forma a que se atinja a eficiência e a
justiça, ao lado de outros sistemas normativos como a ética e a moral- que são
sistemas axiológicos ou de valores - mas com a sua especificidade da
coercibilidade como característica que o distingue dos sistemas axiológicos.
É através do conhecimento que se caminha em busca da verdade, o qual
nos permite que nos afastemos da subjugação consentida, dado que nenhuma
autoridade do homem pode estabelecer a verdade por decreto: pelo que nós
devemos submeter-nos à verdade, dado que a verdade está acima de qualquer
autoridade humana.
Deste modo, a busca da verdade deve ser o móbil de cada um de nós,
através sua vontade livre e não da submissão da nossa vontade às visões
dominantes ou a submissão às pressões carismáticas de qualquer personalidade
ou grupo.
Como referia Confúcio, nos Analectos, “a diferença entre um homem nobre
e um homem pequeno reside no facto de o homem nobre ser exigente com ele
próprio e o homem pequeno ser exigente com os outros.”.
O conhecimento não é como que uma porta aberta que transpomos sem
esforço, exigindo não só a vontade, mas, necessariamente, exige também a acção
de cada um de nós, dado que é pela prática que mostramos o poder do nosso
pensamento.
A interdependência científica entre o Direito, a Economia, a Gestão e
outras áreas do conhecimento como instâncias intimamente inter-relacionadas
14
da vida do ser humano em sociedade, deve ter em consideração uma visão
holística, consubstanciada na sobrederterminação de qualquer avanço no
conhecimento, significando que não existe uma causa única com uma direcção
unívoca, traduzida linearmente em causa efeito (como na geometria euclidiana),
mas, ao contrário, existe uma interacção dialética entre todos os aspectos da
sociedade, tendo em conta as circunstâncias que influem no curso dos
acontecimentos, com efeitos directos e indirectos na vida de qualquer ser
humano.
Ao decidirmos focar a nossa atenção apenas numa ou em algumas causas,
devemos ter consciência que os resultados da análise são incompletos e parciais.
O ritmo de aceleração crescente da vida hodierna, em que as mudanças
decorrentes da ciência e da técnica que alteram as estruturas da sociedade, com
especial ênfase no mundo do trabalho, exige uma formação teórica geral e básica
profunda ao nível do 1º ciclo do ensino superior, a fim de que o estudante, ao
terminar este ciclo de estudos possa desempenhar funções no mercado de
trabalho, com eficiência e eficácia, que não se podem reduzir a uma determinada
especialidade.
É hoje evidente que a incerteza do devir não permite que se façam
previsões a médio e longo prazos com elevado grau de probabilidades, mas um
profundo conhecimento permite que o ser humano se adapte com muito mais
facilidade e eficácia a essas mudanças que estamos quotidianamente a viver.
O Direito é um domínio do conhecimento essencial não só para os juristas
em geral, mas para todos os que desempenham funções e ocupam posições nas
empresas que requerem um mínimo de conhecimento jurídico a fim de que se
decida e actue de forma a defender quer os direitos individuais de cada um e o
cumprimento dos deveres quer os direitos e obrigações dos outros,
nomeadamente das pessoas colectivas em que se está ou venha a estar inserido,
de forma a actuar-se com eficiência e eficácia e em linha com a justiça a qual nos
leva ao cumprimento dos deveres, mas nunca contra ela, pois a justiça não se
reduz à legalidade, podendo existir leis iníquas contra as quais qualquer ser
humano deve lutar.
A disciplina de Introdução ao Direito visa que o estudante tenha uma visão
global e integrada do sistema jurídico, daí que sejam estudadas nesta unidade
curricular várias dimensões deste sistema, iniciando-se com o estudo de algumas
normas da Constituição da República Portuguesa (CRP) que contêm comandos
que têm a mais elevada hierarquia de normas dentro do sistema jurídico,
significando que nenhuma norma de hierarquia inferior (Leis, Decretos-Lei,
Decretos Regulamentares, Decretos Regionais das Regiões Autónomas) possa
contrariar as normas constitucionais, levando a que as normas que violem as
normas constitucionais possam ser declaradas nulas e, por conseguinte, não
tenham eficácia, ou seja, não produzam efeitos.
15
Dentro das normas a estudar destaca-se, desde logo, o estabelecido no
art.º 1º da CRP, quando se refere à dignidade humana da qual emergem os
direitos fundamentais do ser humano, nomeadamente os previstos nos art.ºs
24º, 25º, 26º e 31º deste diploma fundamental, os quais não têm preço nem
equivalente, fazendo parte da esfera jurídica do ser humano como pessoa
singular, mas não integrando o seu património, dado que este, o património, é
constituído pelos direitos e obrigações avaliáveis monetariamente.
O Código Civil é um conjunto de normas substantivas, muitas das quais
são aplicáveis a outros ramos do direito, de forma directa ou subsidiária,
nomeadamente, ao direito do trabalho e ao direito das sociedades comerciais.
Por sua vez a legislação laboral, dominantemente incluída no Código do
Trabalho, tem por objectivo regular os direitos e deveres entre os trabalhadores
com contrato de trabalho e os empregadores, tendo a sua génese sido
fundamentada nas relações assimétricas, em termos económicos e de poder,
entre o trabalhador e o empregador, sendo o trabalhador a parte mais débil.
Deste modo, muitas das normas do Código do Trabalho, visam que a
dignidade humana dos trabalhadores por conta de outrém com contrato de
trabalho, bem como os seus direitos fundamentais e de personalidade sejam
respeitados, evitando a sua violação com base no poder de fonte económica ou
de qualquer outra.
As normas (princípios e regras) do direito do trabalho (com ênfase do
Código do Trabalho) estabelecem limites mínimos quanto aos direitos dos
trabalhadores por conta de outrém, nomeadamente quanto aos direitos
fundamentais dos mesmos conexos com a sua personalidade e dignidade
Com efeito, a maioria dos trabalhadores com contrato de trabalho recebe
um salário ou retribuição como contrapartida da venda da sua força de trabalho
(no mercado de trabalho), existindo sinalagmaticidade entre o salário e o valor
da força de trabalho, salário que é o preço da sua força de trabalho, conforme o
estipulado no art.º 11º do Código do Trabalho.
Contudo, não existe sinalagmaticidade entre o valor da força de trabalho
(força de trabalho que é um atributo específico e inerente à pessoa humana e
nunca um atributo de uma pessoa colectiva) e o valor criado pelo trabalhador no
processo produtivo dentro da empresa. O valor criado pelo trabalhador no
processo produtivo é superior ao valor por ele recebido sob a forma de salário
ou retribuição.
O trabalho, como expressão de uma actividade humana, física e/ou
intelectual, não é avaliável pecuniariamente, mas sim a força de trabalho ou
capital humano como mercadoria transaccionada no mercado de trabalho.
A maioria dos estudantes para quem foi organizada esta coletânea de
textos legais irá desenvolver a sua actividade por conta de outrem ou como
empresário, pelo que o conhecimento básico do Direito Comercial e do Direito
16
das Sociedades comerciais é fundamental para o entendimento do modo como
são organizadas as sociedades comerciais nas suas variadas formas jurídicas.
Destaquemos, também, a importância do conhecimento da União
Europeia em que estamos inseridos, cujas directivas são, na sua maioria,
integradas no ordenamento jurídico português.
Por fim, quero agradecer à Professora Doutora Anja Bothe o convite que
me fez para fazer este prefácio à coletânea de textos jurídicos, o qual aceitei com
muita satisfação, coletânea que será de elevada utilidade para os estudantes –
que são o fundamento da existência da Universidade Autónoma de Lisboa - a
quem desejo que sejam felizes, sendo o conhecimento um dos factores mais
importantes para alcançar uma vida que vale a pena.
Lisboa, 24 de Outubro de 2019
Arlindo Alegre Donário